



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2

## SUMÁRIO

- PORTARIA 020 - REVOGAÇÃO DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA.
- DECRETO 146.2025- NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE DIVISÃO.
- PORTARIA 029 - Licença Prêmio - VALERIA DA SILVA OLIVEIRA DE CARVALHO.
- LEI 1166 - INSTITUI O PLANO PLURIANUAL.
- LEI 1167 - REFIS.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2

Portaria



Secretaria de Saúde  
[saude@condeuba.ba.gov.br](mailto:saude@condeuba.ba.gov.br)  
0800 0123 1405  
CNPJ: 11.740.512/0001-00

## PORTARIA/SMS Nº 020/2025 31 de outubro de 2025

Revoga Licença da servidora pública municipal, por motivo de doença em pessoa da família.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONDEÚBA**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora **EUNCIA RIBEIRO DE CARVALHO**;

**CONSIDERANDO** o falecimento do genitor da servidora, ocorrido em **12 de setembro de 2025**, fato que deu origem à concessão da referida licença;

### RESOLVE:

**Art. 1º** Revogar a licença por motivo de doença em pessoa da família concedida à servidora **EUNCIA RIBEIRO DE CARVALHO**, a partir da data do falecimento de seu genitor, ocorrido em **12 de setembro de 2025**.

**Art. 2º** Determinar o retorno da servidora às suas atividades funcionais, observadas as orientações do setor de Recursos Humanos.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Condeúba – BA, 31 de outubro de 2025.

**MARCOS VINÍCIUS DA SILVA FREITAS**  
Secretária Municipal de Saúde  
Mat.4786



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2

Decreto



[gabinete@condeuba.ba.gov.br](mailto:gabinete@condeuba.ba.gov.br)  
Prefeitura Municipal de Condeúba  
CEP: 46.200-000 | Condeúba — BA  
Praça Jovino Arsênio Filho, 53A, Centro  
CNPJ: 13694138/0001-80

## DECRETO MUNICIPAL Nº 146/2025

“Dispõe sobre a nomeação do Coordenador de Divisão no Gabinete Civil neste município Condeúba, Estado da Bahia, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONDEÚBA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislação aplicável,

### DECRETA:

Art. 1º- Nomear o Sr. **ROBERTO MATIAS SOUZA SILVEIRA RG Nº 578424411 SSP SP** e do **CPF Nº 048.795.285-25**, para ocupar o cargo de Coordenador de Divisão vinculado ao Gabinete Civil, deste município de Condeúba.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Condeúba (Ba), 03 de novembro de 2025.

**Micael Batista Silveira**  
Prefeito Municipal



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2

Portaria



Secretaria de Educação  
[educacao@condeuba.ba.gov.br](mailto:educacao@condeuba.ba.gov.br)  
0800 0123 1405  
CNPJ: 30.920.395/0001-01

## PORTARIA/SEDUC Nº 029/2025

Concede Licença-Prêmio à servidora **VALERIA DA SILVA OLIVEIRA DE CARVALHO** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONDEÚBA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o artigo 124 da Lei Municipal nº 326/1969 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder **LICENÇA-PRÊMIO** à servidora **VALERIA DA SILVA OLIVEIRA DE CARVALHO**, matrícula nº **1790**, ocupante do cargo de **Cozinheira**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, pelo período de **03 de novembro de 2025 a 03 de fevereiro de 2026**, correspondente:

I– A **03 (três) meses** do período aquisitivo de **12/11/2017 a 11/11/2022**.

**Art. 2º** Determinar que, ao final do período concedido, a servidora deverá retornar às suas funções no dia **03 de fevereiro de 2026**.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Condeúba, 03 de novembro de 2025.

**MARLI MARIA PEREIRA**  
Secretária Municipal de Educação  
Mat. 4794



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2

Lei



Gabinete Civil  
gabinete@condeuba.ba.gov.br  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

## LEI MUNICIPAL Nº 1.166 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

Sanciona o projeto de lei nº 017/2025 que institui o Plano Plurianual do Município de Condeúba-Ba para o quadriênio 2026-2029, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONDEÚBA, Estado da Bahia**, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Condeúba-Ba para o período de 2026 a 2029, nos termos do art. 165, da Constituição Federal, do art. 159, inciso I, da Constituição do Estado da Bahia e da legislação complementar aplicável, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal tendo em vista viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

**Parágrafo único:** O PPA abrangerá as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como os programas de duração continuada, para os quais deverão ser estabelecidas regionalmente as entregas e iniciativas a serem alcançadas durante a vigência do PPA.

**Art. 2º** Esta Lei é acompanhada de Anexo Único, parte integrante deste instrumento legal, contendo o detalhamento dos Programas de Governo, estruturados por Eixos Estruturantes e Áreas Temáticas, além de quadros demonstrativos financeiros, metas, indicadores e informações complementares, incluindo a regionalização das principais metas.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

**I - Diretrizes:** orientações estratégicas do governo para o período 2026-2029, a partir dos princípios de inclusão social, sustentabilidade, eficiência e participação cidadã;

**II - Programa:** instrumento de organização das ações de governo que articula um conjunto de iniciativas para atendimento de demandas da sociedade;

**III - Compromisso:** resultado intermediário a ser alcançado dentro de um programa, com metas e entregas definidas;

**IV - Entrega ou Iniciativa:** produto ou serviço a ser entregue à sociedade, por meio de ações orçamentárias e institucionais;

Praça Jovino Arsênio Filho, 53A, Centro - CEP: 46.200-000 | Condeúba - BA



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2



Gabinete Civil  
[gabinete@condeuba.ba.gov.br](mailto:gabinete@condeuba.ba.gov.br)  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

**V - Meta:** medida do alcance do compromisso, podendo ser quantitativa ou qualitativa, formulada segundo critérios SMART (específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais);

**VI - Indicador:** instrumento de aferição do desempenho do programa ou compromisso, associado a metas com linha de base e valores-alvo.

## CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Art. 4º Constituem diretrizes do Plano Plurianual 2026-2029:

- I - Promover a redução das desigualdades sociais e territoriais;
- II - Expandir o acesso a serviços públicos essenciais com qualidade e equidade;
- III - Garantir o desenvolvimento econômico com sustentação ambiental;
- IV - Ampliar a participação social na gestão pública;
- V - Modernizar a administração com eficiência e transparência;
- VI - Fortalecer o planejamento, o controle e a avaliação de resultados.

## CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º Os programas constantes deste Plano conterão ementa, compromissos, entregas ou iniciativas, metas, indicadores e estimativa de recursos, conforme especificado no Anexo Único.

§1º As metas serão apresentadas com suas linhas de base, valores-alvo e periodicidade, regionalizadas conforme a divisão administrativa do município.

§2º Os indicadores serão acompanhados de suas fontes de dados e definidos segundo critérios de relevância, disponibilidade e periodicidade.

§3º - Os indicadores são compatíveis com a capacidade de promoção de mudanças de um ou mais compromissos setoriais formulados nos programas.

§4º - Os Recursos do Programa indicam uma estimativa para a consecução dos Compromissos.

§5º - Os Compromissos refletem o que deve ser feito e as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Entregas ou Iniciativas, sob a responsabilidade de um órgão setorial, e tem como atributos:

I - Meta: uma medida do alcance do Compromisso, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;

Praça Jovino Arsênio Filho, 53A, Centro - CEP: 46.200-000 | Condeúba - BA



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2



Gabinete Civil  
gabinete@condeuba.ba.gov.br  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

II - Entrega ou Iniciativa: declara as iniciativas a serem empreendidas para a entrega de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Município e sociedade e da integração de políticas públicas.

§5º - Os valores financeiros, os enunciados e as metas dos Compromissos, as declarações das Entregas ou Iniciativas e as demais informações estabelecidas neste Plano são orientadoras, não se constituindo em limites à programação das despesas.

**Art. 6º** Os valores e metas constantes do Anexo único têm caráter indicativo e poderão ser ajustados pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais, nos termos desta Lei.

**§ 1º** A gestão fiscal e orçamentária e a legislação correlata deverão levar em conta as seguintes diretrizes da política fiscal:

- I - elevação dos investimentos públicos aliada à contenção do crescimento das despesas correntes primárias até o final do período do Plano;
- II - preservação de resultados fiscais de forma a reduzir os encargos da dívida pública.

**§ 2º** Serão considerados prioritários, na execução das ações constantes do Plano, os projetos:

- I - associados à Educação, Saúde e Assistência Social.
- II - com maior índice de execução ou que possam ser concluídos no período plurianual.

## CAPÍTULO IV DA INTEGRAÇÃO E COMPATIBILIDADE

**Art. 7º** As leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias anuais e os créditos adicionais observarão as disposições desta Lei, de modo a garantir sua compatibilidade.

**§ 1º.** A criação de ações orçamentárias dependerá de vinculação clara a compromisso existente neste Plano, salvo autorização legislativa específica.

**§ 2º.** A criação de ações no orçamento será orientada:

- I - para o alcance das metas dos Compromissos;
- II - pela viabilização da execução das Entregas ou Iniciativas.

**§3º** Caberá a LDO de cada exercício definir as prioridades de execução para o exercício.

**§4º.** A Lei Orçamentária Anual detalhará o valor dos Programas para o exercício de sua vigência.

Praça Jovino Arsênio Filho, 53A, Centro - CEP: 46.200-000 | Condeúba - BA



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2



Gabinete Civil  
gabinete@condeuba.ba.gov.br  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

## CAPÍTULO V DA GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 8º Fica instituído o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA 2026-2029, sob coordenação do órgão central de planejamento e da Controladoria Interna.

Art. 9º Os órgãos responsáveis pelos programas deverão avaliar, trimestralmente, os dados da execução física e financeira de suas metas e elaborar relatórios de gestão, tendo em vista possíveis ajustes.

Art. 10. O Poder Executivo divulgará relatórios semestrais de acompanhamento e relatório anual de execução do PPA, integrando à prestação de contas.

## CAPÍTULO VI DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

Art. 11. A sociedade civil participará da elaboração, monitoramento e avaliação do PPA por meio de audiências públicas, consultas eletrônicas e envolvimento dos conselhos setoriais.

Parágrafo único. O Poder Executivo divulgará em portal próprio versões simplificadas das metas e resultados do PPA para acompanhamento popular.

## CAPÍTULO VII DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES

Art. 12. A inclusão, exclusão ou alteração de programas ou compromissos ocorrerá por meio de projeto de lei específico ou de revisão anual encaminhado até 30 de outubro.

§ 1º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2



Gabinete Civil  
[gabinete@condeuba.ba.gov.br](mailto:gabinete@condeuba.ba.gov.br)  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua regionalização.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 13. O Poder Executivo poderá, mediante ato próprio:

I - ajustar metas e indicadores;

II - adequar órgãos responsáveis;

III - incorporar alterações da LOA ao PPA;

IV - atualizar valores estimados conforme revisão de custos e parâmetros macroeconômicos.

Art. 14. As alterações de que trata o artigo anterior serão publicadas na Internet em até 90 dias após a aprovação da LOA de cada exercício.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Condeúba – BA, 03 de novembro de 2025.

**MICAEL BATISTA SILVEIRA**  
*Prefeito Municipal*



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2

Lei



Gabinete Civil  
gabinete@condeuba.ba.gov.br  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

## LEI MUNICIPAL Nº 1.167 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

" Sanciona o projeto de lei nº 021/2025 que autoriza o Executivo Municipal a realizar parcelamento de dívidas e concessão de desconto de multas e juros e correção monetária do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ISS e Taxas relativos ao ano 2025 ou anteriores inscritos ou não em dívida ativa, denominado "REFIS CONDEÚBA 2025" e dá outras providências".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONDEÚBA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Condeúba aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica Autorizado o Município de Condeúba realizar parcelamento de dívidas e concessão de desconto de multas, juros e correção monetária do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ISS e Taxas, relativos ao ano 2025 ou anteriores inscritos ou não em dívida, denominado "REFIS CONDEÚBA 2025", conforme disposição abaixo:

**I** - Pagos à vista com redução de 100% (cem por cento) nas multas, mora de juros e de ofício e correções monetárias, no pagamento a vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ISS e taxas municipais.

**II** - Pagos com parcelamento de até 6 vezes, com fração mínima equivalente a 50 UPFM com redução de 80% (oitenta por cento) nas multas, mora de juros e de ofício e correções monetárias, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ISS e taxas municipais.

**III** - Pagos com parcelamento de até 12 vezes, com fração mínima equivalente a 50 UPFM com redução de 60% (sessenta por cento) nas multas, mora de juros e de ofício e correções monetárias, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ISS e taxas municipais.

**IV** - Pagos com parcelamento acima de 12 vezes, com fração mínima equivalente a 50 UPFM com redução de 20% (vinte por cento) nas multas, mora de juros e de ofício e correções monetárias, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ISS e taxas municipais.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2



Gabinete Civil  
[gabinete@condeuba.ba.gov.br](mailto:gabinete@condeuba.ba.gov.br)  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

**§ 1º** - O parcelamento máximo permitido será de 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, sendo cada uma delas nunca inferior a 50 UPFM, conforme Artigo 37, § 1º do Código Tributário Municipal.

**§ 2º** - Os descontos previstos nesta Lei não se aplicam aos créditos objeto de transação, ou de compensação.

**Art. 2º** - A opção e admissão no REFIS implicará em:

I - Confissão dos créditos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte, com possibilidade de retratabilidade e revogabilidade a critério da Administração Pública;

II - Pagamento regular das parcelas do débito consolidado no REFIS.

**§ 1º** - A adesão, em cada caso, não gera direito subjetivo, e somente haverá extinção do crédito tributário com o cumprimento integral do seu termo.

**§ 2º** - O débito a ser parcelado, depois de consolidado, não poderá sofrer atraso por mais 03 parcelas consecutivas, implicando no cancelamento automático do parcelamento inicial ou anterior, independente de prévio aviso ou notificação.

**§ 3º** - O débito em atraso estará sujeito a multa de 5% (cinco por cento) no primeiro dia seguinte ao vencimento e juros de 1 % (um por cento) ao mês simples pro rata die, ambos calculados sobre o valor da parcela, conforme §§ 4º e 5º, do Artigo 32 do Código Tributário Municipal.

**§ 4º** - A exclusão do REFIS implicará na imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, além dos acréscimos legais, na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores, acrescidos dos valores das parcelas relativas às dispensas e reduções admitidas nesta Lei, devidamente atualizadas monetariamente, devendo o processo ser remetido, se for o caso, no prazo de 90 (noventa) dias, para execução fiscal.

**§ 5º** - Sendo excluído do REFIS, após o atraso por mais de 90 (noventa) dias, o débito fiscal ficará sujeito às atualizações, multas, juros e penalidades especificadas no Código Tributário Municipal.

**§ 6º** - O parcelamento do débito será automaticamente cancelado, pela emissão de documentos fiscais inidôneos.

**Art. 3º** - Poderá a Administração Pública, por meio do setor competente, deliberar sobre o número de parcelas respeitando o limite imposto pelo Art. 1º desta Lei.

**Art. 4º** - Nos casos de descumprimento da adesão de parcelamento, o beneficiário perderá todas as vantagens previstas no caput desta lei.

**Art. 5º** - As demais normas referentes a parcelamento reger-se-ão pelo Código Tributário Municipal e seus regulamentos.

Praça Jovino Arsênio Filho, 53A, Centro - CEP: 46.200-000 | Condeúba - BA



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Condeúba | Poder Executivo

Nº 000296

Estado da Bahia - segunda-feira, 3 de novembro de 2025

Ano 2



Gabinete Civil  
[gabinete@condeuba.ba.gov.br](mailto:gabinete@condeuba.ba.gov.br)  
0800 0123 1405  
CNPJ: 13694138/0001-80

**Art. 6º** - O poder executivo regulamentara no que couber a presente Lei, em especial a forma de adesão e número de parcelamento, não podendo ser superior a 60 (sessenta) prestações conforme o art. 37 §1º do Código Tributário do Município.

**Art. 7º** - A adesão ao Programa REFIS Municipal 2025 poderá ser feita até o dia 15 de dezembro de 2025.

**Art. 8º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito do Município de Condeúba, 03 de novembro de 2025.**

**MICAEL BATISTA SILVEIRA**  
Prefeito Municipal